

A FAMÍLIA ARANHA NA VILA DE ITU DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX

*Manoel Valente Barbas **

Resumo: *Relato minucioso da origem portuguesa do lado paterno da Família Aranha, de Itu, SP, com correções e acréscimos substanciais às informações da “Genealogia Paulistana”, de Silva Leme, complementado pela resenha da vida dos três principais ancestrais dessa família: João da Costa Aranha, Padre Manoel da Costa Aranha e o Capitão Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, personagens de destaque da história ituana.*

Abstract: *Detailed report regarding the Portuguese origin of the Aranha family (father's side) from the city of Itu in the State of São Paulo. The report includes corrections and significant additions to the Silva Leme's “GENEALOGIA PAULISTANA” based on news about this family's three most important ancestors: Joao da Costa Aranha, Father Manoel da Costa Aranha and Captain Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha. These are outstanding figures of Itu's history.*

Damos continuidade, neste artigo, à história da Família Ituana que iniciamos na pág. 109, da REVISTA ASBRAP N° 4.

I - INTRODUÇÃO: Sobre Maria Francisca Vieira, filha do casal Lucrecia Leme Pedroso e Antônio Vieira Antunes (Nota 1), não há maiores informações, senão que ela se casou, em 1715 (e não 1714, como diz Silva Leme), em Itu, SP, e ali faleceu, em 1740. Esteve casada por 26 anos com o português João da Costa Aranha (Nota 2), com quem teve 7 filhos (3 homens e 4 mulheres). Porém, as informações que o genealogista Silva Leme nos dá sobre este João da Costa Aranha (Nota 3) estão, em parte, equivocadas. Com o achamento do Processo de Habilitação de “Genere et Moribus” do padre Manoel da Costa Aranha, como apontamos no nosso artigo já citado (ainda Nota 1), foi que se abriu caminho para a pesquisa sobre a Família Aranha, em Portugal, com alguns frutos positivos.

II - DADOS EXISTENTES SOBRE JOÃO DA COSTA ARANHA:

A) SILVA LEME E OS DOIS CASAMENTOS DE JOÃO DA COSTA

ARANHA: Muito interessante de se observar é a diferença de tratamento dispensada por Silva Leme quanto ao primeiro (ainda Nota 2) e ao segundo casamento (ainda Nota 3) da personagem apontada. É que a geração do primeiro casamento e as relações matrimoniais de sua descendência, embora de alguma influência na história de Itu (Padre Manoel da Costa Aranha, Francisco Novais de Magalhães, Francisco Xavier de Azevedo, Caetano José Portella, Domingos Monteiro de Carvalho etc.) não atingiram a notoriedade da do segundo que produziu o famoso Capitão Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha que deixou a sua marca indelével na história ituana e paulista, além do fato de a filha deste (Anna Brandina) ter se casado com outro Capitão Mor, João de Almeida Prado, de quem provém uma das famílias mais notáveis de quantas a cidade produziu.

Assim, Silva Leme, quando tratou da genealogia desse segundo casamento (Título “Arruda Botelho”), extravasou-se em citações, certamente baseadas em tradição oral dessa parte da família, que o levaram a alguns enganos substanciais.

Comparando-se estas duas referências, têm-se:

Tipo de informação	Do 1º casamento	Do 2º casamento
Naturalidade de João da Costa Aranha	São João da Foz	São João da Foz, da Cidade e Bispado do Porto
Cargos ocupados por João da Costa Aranha, em Itu	Alferes Capitão das Ordenanças	Vereador Almotacé Alferes das Ordenanças Capitão das Ordenanças com patente de D. Luiz Mascarenhas (Nota 4)
Data de falecimento de João da Costa Aranha	1769	1769
Filiação de João da Costa Aranha	Vicente da Costa e Fillipa da Fonseca	Dr. Vicente da Costa Rattes e Fillipa

		da Fonseca
Naturalidade dos pais de João da Costa Aranha	Porto	Pai: Freguesia de São Victor, arcebispado de Braga Mãe: Não informa
Peculiaridades sobre o pai João da Costa Aranha	Não informa	Bacharel pela Universidade de Coimbra; Praça na artilharia; Governador do Castelo de São João da Foz

B) PESQUISA SOBRE A FAMÍLIA ARANHA, EM PORTUGAL: A informação de que o pai de João da Costa Aranha teria sido doutor pela Universidade de Coimbra fez com que o autor deste artigo, em visita a esse famoso centro de estudos portugueses (em 1981), procurasse na sua Administração os registros dos antigos alunos, para apurar mais informações sobre a personagem. Para desapontamento nosso, após horas de esmiuçada pesquisa, concluímos que não houve aluno naquela Universidade com o nome de Vicente da Costa Rates. Diga-se de passagem que há ali um razoável registro dos alunos, de vários séculos atrás. Outra pesquisa desenvolvida pelo autor, na mesma época, foi sobre ser veraz a informação de que Vicente da Costa fora governador do Castelo de São João da Foz. Embora nesse ponto a pesquisa tivesse sido mais árdua e menos produtiva, chegamos a conclusão que também esta postulação estava equivocada.

C) A VERDADE VEM À TONA: Por um grande lapso de tempo ficamos cientes que Silva Leme fora mal informado, na época da elaboração de sua “GENEALOGIA PAULISTANA”. O que causava curiosidade era que (conforme o povo diz: “onde há fumaça há fogo”) não se inventaria um “doutoramento” sem algum ponto de partida. Foi quando se descobriu o já citado (ainda Nota 1) processo de Habilitação de “Genere et Moribus” do Padre Manoel da Costa Aranha, filho de João da Costa Aranha. Para não quebrar a continuidade deste artigo, fizemos constar do ANEXO I a este, a análise e conclusões sobre o referido processo e mais pesquisas complementares.

III - CORRIGENDA E ADENDA A SILVA LEME: Pelas informações do ANEXO I, conclui-se que há necessidade de reparos e adições substanciais a Silva Leme (Notas 2 e 3):

- A) O sobrenome Aranha não consta de nenhum assento de igreja sobre a família, em Portugal, levando-se a crer que foi apelido adquirido pelo próprio João da Costa ou pela família de seu pai, já em São João da Foz. Os sobrenomes que aparecem nos assentos, são:
- **COSTA**, do pai de João, vindo da avó materna;
 - **FONSECA**, da mãe de João;
 - **GONÇALVES**, do avô paterno de João;
 - **DIAS**, do avô materno de João;
 - **RODRIGUES**, da avó materna de João;
 - **MARTINS**, do bisavô paterno de João;
 - **RATO (RATES é controverso)** aparece no tio inteiro de João, o Licenciado Manoel da Costa Pessoa Rato. Ao que se depreende, Rato é também apelido adquirido em vida, não registrado nos documentos de igreja.
- B) Vicente da Costa (Rates) não era doutor, formado pela Universidade Coimbra. Ao que parece, houve confusão com o grau de licenciado do irmão deste, Manoel, de quem não se tem notícia sobre a formatura ou estudos, nem se esse título fora mesmo obtido na Universidade de Coimbra.
- C) Tudo leva a crer que Vicente da Costa (Rates) não foi governador do Castelo de São João da Foz e sim somente seu artilheiro. Em se considerando a discutível importância desse Castelo, pode até ser que em alguma ocasião Vicente tenha ficado como comandante substituto ou interino, neste posto.
- D) Com nossas pesquisas, desenvolvemos a ascendência genealógica de João da Costa Aranha, como segue:
- 1- João da Costa Aranha, nascido em 28 de julho de 1692, em São João da Foz, Arcebispado do Porto. Casou-se em Itu, em 15 de janeiro de 1715, com Maria Francisca Vieira, batizada nessa Vila, em 24 de agosto de 1699, filha de Antônio Vieira Antunes e Lucrecia Leme Pedroso, casados em Itu (ainda Nota 1). João da Costa Aranha, cujo apelido Aranha não era sobrenome de família e sim apostro, era filho do casal seguinte:
 - 2- Vicente da Costa Rato (e não Rates) foi batizado em 26 de janeiro de 1656, na Freguesia de São Victor, Arcebispado de Braga. Casou-se, em

12 de maio de 1679, na mesma Freguesia de São Victor, com Phelipa da Fonseca, filha deDias e de sua mulher Isabel Rodrigues, moradores da Vila de Arcos de Valdevez. Este casal mudou-se para a Freguesia de São João da Foz, Arcebispado do Porto, vindo ele como artilheiro do Castelo que ali existia. O apelido Rato, de Vicente da Costa, não era sobrenome da família, mas aposto de seu nome e de seu irmão o licenciado Manoel da Costa Pessoa Rato (batizado em 20 de janeiro de 1650, na já citada Freguesia de São Victor). A notícia de ter um licenciado na família é que causou o engano veiculado por Silva Leme de que Vicente da Costa Rato teria sido doutor pela Universidade de Coimbra. Não há notícias da Escola que tenha expedido a licenciatura de Manoel, sendo bem provável que tenha sido a de Coimbra, pela proximidade do lugar onde morava a família de Vicente e Manoel. Estes eram filhos de:

- 3- Francisco Gonçalves, marceneiro, casado em cinco de maio de 1647, na Freguesia de São Victor, com Marta da Costa, do Campo de Santana, da mesma Freguesia, arcebispado de Braga, filha de Francisco Martins e de sua mulher Ana Rodrigues, também moradores do Campo de Santana.

IV - A VILA DE ITU NO SÉCULO XVIII: Devido à sua localização geográfica estratégica, nas proximidades do primeiro porto fluvial no rio Tietê, para quem ia ao sertão, a Vila de Itu teve participação preponderante nos principais fatos históricos da Capitania de São Paulo, no século XVIII, época das descobertas de ouro em Mato Grosso, da luta contra os índios bravios destes estados e manutenção do posto avançado de Iguatemi, com grande trânsito de desbravadores, aventureiros, autoridades, soldados, armamentos, escravos, abastecimento e carga de toda a espécie para a manutenção, exploração, administração e defesa daqueles lugares. Mais para a segunda metade do século, Itu torna-se forte produtor de açúcar, o que vem levar mais adiantamento e importância à Vila. A Família Aranha, de que fala este artigo, dedicava-se ao comércio, produção rural e influente participação no governo, em cargos junto à Milícia, à Câmara, ao Clero e outros da administração local da Vila.

V - A FAMÍLIA ARANHA NOS RECENSEAMENTOS DA VILA DE ITU, NO SÉCULO XVIII: A partir de 1765, por determinação do Capitão General Governador da Capitania de São Paulo, D. Luiz Antônio de Souza Botelho Mourão, Morgado de Mateus, foram feitos recenseamentos anuais nas diversas localidades da Capitania, sendo que até hoje existe nas caixas de população do Arquivo do Estado de São Paulo boa parte desse material,

em razoáveis condições de consulta (Nota 4). Assim, fizemos um levantamento da família Aranha, na Vila de Itu, nos diversos recenseamentos que tivemos ocasião de consultar, o que consta do ANEXO II, deste artigo.

VI) JOÃO DA COSTA ARANHA: Imigrante português, sem fortuna, crê-se que tenha começado em Itu, na década de 10, do século XVIII, no ramo do comércio, como era comum acontecer. Como sempre foi costume nessa região, vinha o jovem português antes dos vinte anos de idade, empregava-se como aprendiz no estabelecimento de algum patrício e com o passar dos anos ia adquirindo experiência, algum capital e se estabelecia por conta própria. Mais adiante, casava-se com uma moça da terra e ia construindo o seu próprio lugar na sociedade, com sua honestidade, trabalho, dedicação e respeito. Aos vinte e dois anos casou-se com Maria Francisca Vieira, de dote não muito extenso, órfã de pai e mãe, desde o início do século (ainda Nota 1), criada por algum parente próximo, talvez o tio Francisco Álvares Rodrigues, inventariante de sua mãe, falecida em 1706.

João da Costa Aranha firmou-se no ramo dos negócios e de lavoura, pois atravessava-se a fase histórica da descoberta das minas de ouro de Cuiabá e a Vila de Itu ficava situada bem no caminho desse eldorado, mais propriamente, junto ao porto de embarque e desembarque do fluxo de mercadorias que ia abastecer os mineradores e aventureiros e das arrobas de ouro que vinham com as levas que chegavam. Certamente ele não tinha o espírito de aventura de que era dotado o seu sogro, Antônio Vieira Antunes (ainda Nota 1), pois não se atirou às minas, junto aos mineradores que procuravam ser bafejados pela sorte e vencer em Cuiabá. Certamente ficava na Vila de Itu, fornecendo mercadorias para os que procuravam garantir a sobrevivência ao partir e para os que vinham abastados, ávidos por satisfazer as privações de anos de ausência e carência. No processo de habilitação de “*genere et moribus*” de seu neto, Joaquim Novaes de Magalhães (Nota 5), aparece que João da Costa Aranha “*tinha o ofício de mercador de fazenda seca*”. No recenseamento de 1766 (Anexo II) diz que “*vive de sua lavoura*”.

Participou da vida pública da Vila, como vereador, almoçatê (funcionário responsável pelo abastecimento, fiscalização de pesos, medidas e obras, limpeza e manutenção da Vila). No processo de “*habilitação de genere et moribus*”, atrás citado, aparece também que “*foi por alguns anos dizimeiro*”, que em outras palavras é o cobrador de dízima, um imposto de 10% sobre a renda. Nas Ordenanças (Corpo de Tropas Auxiliares, arrematadas entre a população econômica, intelectual ou fisicamente mais fa-

vorecida) foi Alferes e depois Capitão, por patente, no dizer dos cronistas, de dom Luiz de Mascarenhas (Capitão General Governador da Capitania de São Paulo, de FEV-1739 a AGO-1748 (Nota 6), embora já não se encontre esses documentos comprovantes nos Arquivos; somente citações.

Há aqui um grande lapso, de uns trinta anos, nas referências ao nosso personagem. Em 1763, com 71 anos de idade aparece, como tesoureiro e zelador da Igreja do Bom Jesus, em Itu. *“Como visse que a mesma necessitava de consertos urgentes, pois ameaçava ruína, tratou, a sua própria custa, da reedificação dessa igreja”* (Nota 7). Este templo ficou sob a proteção da família Aranha, por mais de 60 anos, desde essa época (se não antes) até 1825, ano da morte do Capitão Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha.

No recenseamento de 1765, primeiro de todos os demais (Anexo II), João da Costa Aranha aparece com \$800 de bens, irrisórios face às fortunas da época, uma vez que o seu genro, Francisco Novaes de Magalhães (o mais rico da Vila) possuía \$20.000, o Capitão Mor de então, Salvador Jorge Velho (que depois se ausentou para Mato Grosso, para minerar), \$2.400, e Antônio Pacheco da Silva, então Capitão de Esquadra, que veio a se tornar o conhecido Sargento Mor da Vila (Nota 8), \$2.000.

Sobre este mesmo recenseamento de 1765, o “ANUÁRIO GENEALÓGICO BRASILEIRO”, NOV, 1943, à página 322, dá os dados condensados, onde o nosso personagem aparece com o nome de João da Costa Vieira (sobrenome da primeira mulher). Como o autor da condensação (Benedito Marcondes) diz no intróito que passaria a publicar *“só o que interessa aos genealogistas, adotando, para facilitar investigações, a ordem alfabética do último apelido”*, muitos prejuízos e trabalho nos causou (isso na década de 70), o que só findou quando tivemos em mãos, no Arquivo do Estado de São Paulo, o original do próprio recenseamento, ora em pauta, que contrariou aquelas informações.

Já no recenseamento de 1766, João da Costa Aranha, com 74 anos, *“vive de sua lavoura e ...possue nada”*. Forma relativamente crua de definir a fortuna ou infortúnio de uma pessoa. Quis dizer, o recenseador, que a fortuna desse cidadão era desprezível, uma vez que o citado genro possuía então \$45:000 (quarenta e cinco mil cruzados)!

João da Costa Aranha faleceu em 1769, com 77 anos (ainda Nota 7). O recenseamento de 1776 (Anexo II) cita a sua viúva (2º casamento), Ger-

trudes de Araújo Cabral, com 63 anos, dizendo, em linguagem sincopada: “*Possui sua xacara que rende por ano mandioca alqueires 20, feijão 10, amendoim 15, aguardente canada 6... Escravos 7*”. Isso desmente o recenseamento de 1766 que dizia que João da Costa “possuía nada”, uma vez que sua viúva, sete anos após, do remanescente de sua fortuna, ainda tirava o seu sustento.

Do primeiro casamento de João da Costa Aranha, com Maria Francisca Vieira, nasceram sete filhos, a saber: Maria Francisca Vieira (IIª), que foi casada com Francisco Novaes de Magalhães (sobre este casal trataremos em próximo número desta **Revista**); João Aranha dos Santos que foi casado com Joana Rita Carassa (sic), com geração; Luzia da Costa, casada com o Capitão João Fernandes da Costa, com geração; Joanna da Costa Aranha; Maria da Costa Aranha; João, falecido solteiro; Padre Manoel da Costa Aranha, de quem trataremos a seguir, neste artigo.

Do segundo casamento, com Gertrudes Araújo Cabral, teve: Angela de Siqueira Aranha que se casou com o Capitão Mor Cláudio de Madureira Calheiros, de Sorocaba; Maria Joaquina Aranha, casada com Domingos Barbosa; Anna Joaquina Aranha, casada com o Sargento Mor Fernando Dias de Almeida Falcão; Rita Custódia Aranha, casada com Antônio Vieira da Maia; Capitão Mor de Itu Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, casado com Alda Brandina de Cerqueira Mello. Trataremos deste Capitão Mor, ainda neste artigo.

VII) PADRE MANOEL DA COSTA ARANHA:

Em 12 de agosto de 1731, é batizado, em Itu, SP, filho do casal ora resenhado (Nota 8), aquele que no futuro seria o Padre Manoel da Costa Aranha, vigário de sua terra natal.

Sobre a sua infância e adolescência nada se sabe. Em 20 de janeiro de 1752, com vinte anos e meio, portanto, inicia-se o seu processo de habilitação de “genere et moribus” (ainda Nota 8), como segue:

“ diz Manoel da Costa Aranha, natural e baptizado na freguesia da Virgem N. Snra. da Candellaria da Villa de Ytu neste Bispado, filho legitimo de João da Costa Aranha natural e baptizado na Freguersia da S. João da Foz Bispado do Porto e de sua mulher Maria Fran.ca Vieira natural, e baptizada na sobredita freguezia da Va. de Ytu, que elle supp.te (suplicante) deseja servir a Ds. em o estado Sacerdotal, o q. não pode conseguir sem ser admi-

tido por V. Ex.ca R.ma a de lhe fazerem diligencias de genere; e por isso....”

Seguem-se os dados sobre os avós paternos e maternos. Esse processo é muito interessante como documento que ilustra a minuciosa pesquisa que a Igreja Católica fazia sobre a família do pretendente à batina. Esquadrihava-se a família ancestral, para ver se não havia “sangue impuro”, como era chamado o mouro, o judeu, o negro. O índio era suportado, como no próprio caso de que estamos tratando aqui, pois Manoel da Costa Aranha era bisneto materno da índia carijó, Lourença da Silva (ainda Nota 8). No final do processo, quando todas as testemunhas, inclusive de além mar, fossem ouvidas e comprovada a “pureza do sangue” do suplicante, entrava-se no mérito do dote com que o pretendente iria contribuir para a ordem, quase sempre terras (como foi o caso), escravos e outras propriedades! O processo era encerrado com a autorização final para admissão do requerente à vida sacerdotal. A Cúria Metropolitana de São Paulo mantém em arquivo milhares desses processos, como é o do caso do Padre Manoel da Costa Aranha, completo e bem conservado. São verdadeiras fontes de dados genealógicos e outras informações correlatas.

Manoel da Costa Aranha, segundo Antônio Nardy Filho (nota 9), iniciou os seus primeiros estudos com os franciscanos, do Convento de São Luiz (Itu), e fez os estudos eclesiásticos em São Paulo, onde recebeu as ordens em SET-1754, das mãos do Bispo de São Paulo, Dom Frei Antônio da Madre de Deus. Foi a seguir vigário de Araçariguama, SP, de 1758 a 1764. Nomeado, então, vigário da vara da câmara eclesiástica de Itu, veio a substituir o pai como tesoureiro-protetor da igreja de Bom Jesus em Itu. Junto à esta, construiu, com os seus próprios bens, um sobrado, para servir de residência ao seu capelão.

Acontece que em 1777, o vigário colado da Matriz de Nossa Senhora da Candelária de Itu era o Padre Dr. (em cânones) João Manuel Machado Caldeira, natural de Guarulhos (ainda nota 9), desde 1768. Acometido de “gota serena”, neste ano, ficou quase cego. Escreveu então ao Bispo de São Paulo (na época D. Frei Manuel da Ressurreição) pedindo um substituto ou mesmo um auxiliar. Indicava para o lugar um seu preferido que já o ajudava extra-oficialmente. O Bispo atendeu-o, dando-lhe, no entanto, para tais tarefas o Padre Manoel da Costa Aranha. O vigário viu nesse impasse a mão da política local, pois a Família Ferraz o hostilizava. Apela para o rei, dizendo-se vítima da citada família. E ainda mais, diz que o Padre Manoel da Costa

Aranha tem planos de se perpetuar como vigário de Itu. El-rei, tão distante como alheio àquele enredo, manda cópia do ofício para o Governador da Capitania e para o Bispo de São Paulo informarem. Acontece que na época, governava a Capitania de São Paulo, Martim Lopes Lobo de Saldanha, criatura cheia de rancores e manhas políticas. Confirma este a el-rei que o Padre Machado Caldeira estava praticamente cego e que a pedido do próprio Bispo nomeara o Padre Manoel da Costa Aranha para auxiliá-lo. Quanto à Família Ferraz, o governador aproveitou a oportunidade para dar “uma no cravo e outra na ferradura”. Diz que esta família é numerosa e respeitável e nada fazia para desrespeitar a lei. Mas, a ela pertencia o padre João Leite Ferraz de Arruda, de gênio revoltoso e intrigante, julgando de bom aviso que se lhe mandassem fora da Vila a uma distância de não menos de 30 léguas (180 quilômetros), com proibição de que voltasse a ela (ainda Nota 9)! Termina dizendo que a reclamação do Padre Machado Caldeira não passa mais de prepotência de prelado do que da respeitável família. O Bispo, por seu lado, diz a el-rei que face à situação de impedimento físico do vigário nomeara o Padre Manoel da Costa Aranha, por ser douto, zeloso, bom pregador, com qualidades de perfeito sacerdote e que já vinha exercendo o cargo de vigário da vara. Não nomeara o indicado pelo vigário, porque este era também muito enfermo. Face a esta defesa, o Padre Manoel da Costa Aranha passou a exercer o cargo de vigário encomendado da paróquia de Itu, a partir de SET-1777, ficando o Padre Machado Caldeira, já completamente cego, com a posição de vigário colado, com direito à cônica (ainda Nota 9).

Foi durante o seu paroquiato, sob suas bênçãos, que a Vila de Itu ganhou os seus dois templos mais conhecidos: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária, em 10-ABR-1780 e a Igreja do Carmo, em 1782.

O Padre Manoel da Costa Aranha, por motivo de doença, deixou o paroquiato em JAN-1790 e faleceu em 14-DEZ-1800. Foi sepultado na Igreja de Bom Jesus, a que tanto beneficiou. No seu testamento, deixou boa soma de dinheiro à Igreja Matriz, e outras quantias menores às Igrejas de Santa Rita e de Bom Jesus, que durante o seu paroquiato recebeu do Papa Pio VI, por três bulas, diversos privilégios, quando era ainda ele o administrador-tesoureiro.

VIII) O CAPITÃO MOR VICENTE DA COSTA TAQUES GOES E ARANHA:

No nosso artigo nesta Revista, de nº 2 (Nota 10), traçamos uma rápida biografia deste Capitão Mor, ao contar as quizilas que teve com o então Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva. No entanto, este Capitão Mor mereceria um livro todo, sobre sua personalidade, seus feitos e obras. Temos notícias que o ilustre ituano Luiz Gonzaga Novelli Júnior (ex Vice-Governador do Estado de São Paulo), atual morador do Rio de Janeiro, já o fez, havendo alguma dificuldade em publicá-lo, devido à sua idade avançada e enfermidade. Nós mesmos temos em preparo um artigo, baseado em documentos achados no Arquivo do Estado de São Paulo, sobre suas quizilas com o Capitão Antônio Corrêa Barbosa, fundador de Piracicaba. Mas enquanto essas outras informações não vêm à luz, para completar a resenha sobre a Família Aranha de Itu, resta-nos tecer alguns comentários sobre essa figura que governou os destinos da histórica Vila, por 46 anos (29-AGO-1779 a 11-SET-1825).

Podemos chamar a atenção para algumas peculiaridades de seu caráter, personalidade e inserção histórica, afora as suas qualidades notáveis de administrador e de líder:

a) Instruído: Não resta dúvida sobre o cabedal intelectual e cultural que era possuído pelo Capitão Mor. Isso se vê através de sua correspondência, pelo seu raciocínio claro, pelo respeito que despertava, pelo acatamento que sua opinião recebia dos seus superiores, pelo aconselhamento que sempre procuravam junto a ele. O recenseamento de 1766 (Anexo II) diz ser ele “*estudante de filosofia*”. Pela proximidade que o seu pai tinha junto aos padres, as excelentes escolas que estes mantinham na vila de Itu, e pela sabedoria que passou para o seu aparentado Conselheiro Paula Souza (1792-1851) (Nota 11), vê-se a excelente formação intelectual e moral que teve Vicente da Costa.

b) Missivista: São incontáveis os ofícios, requerimentos e cartas do Capitão Mor de Itu que nos chegaram às mãos. Em todos estes, é claro, analítico, franco, direto, mostrando grande capacidade intelectual. Chega mesmo a numerar (na acepção da palavra) suas idéias, quando defende suas teses. Como no caso, por exemplo, em que se empenhava na destituição do Capitão Povoador de Piracicaba, Antônio Corrêa Barbosa, em requerimento de 29-NOV-1786, ao Capitão General da Capitania de São Paulo, de então, Marechal José Raimundo Chichorro da Gama Lobo (Nota 12):

“ Em oito fundamentos se estabelece a substância do presente requerimento dos moradores da Povoação de Piracicaba.....:1º) que esta povoação foi principiada há vinte anos, mais ou menos (Nota 13), em tempo do Exmo General D. Luiz Antônio de Souza, com indivíduos da ínfima plebe, de má conduta e inúteis aos lugares da antiga residência. 2º) que provendo o mesmo Exmo General a Antônio Corrêa Barboza a Capitão Diretor daquelas para melhor economia da dita povoação este os regera não como a moradores mas como a escravos ou administrados, ocupando-os mais no seu particular serviço do que no adiantamento da Povoação e estabelecimento deles. 3º) que entrando maior cópia de povo e de melhor qualidade e sentindo falta de pasto espiritual, pela distância de quatorze léguas que intermediam esta Vila e a referida Povoação, procuraram Pároco e o conseguiram da piedade de Sua Excia Reverendíssima. 4º) que querendo este cumprir as paroquiais obrigações como devia, de tal sorte se lhe impôs o dito Capitão que ocasionou que ele se retirasse daquela Freguesia. 5º) que sentindo os suplicantes com o regresso deste o mesmo ponderado incômodo, que em princípio padeceram, segunda vez procuraram Pároco e o conseguiram. 6º) que propondo-se este a executar o seu dever encontrar a mesma oposição, deixou a Freguesia talvez com justo temor, ficando os suplicantes em total desamparo, e intimidados os que pretendiam entrar para aquela Povoação, e os sacerdotes com justo motivo para impugnarem o exercício daquela Paróquia. 7º) que sendo aquela Povoação ereta para bem do Real serviço, nenhum aumento tem tido e nem o terá enquanto governar o dito Capitão; mas antes se destruirá, deixando-a os suplicantes, como alguns têm feito. 8º) que a providência à tanta ruína procuram da poderosa mão e indefectível justiça de V. Excia, como loco tenente da Magestade...

Vê-se, por esta leitura, a análise e raciocínio puros de Vicente da Costa com que sempre dotava a sua correspondência.

c) Frasista: Algumas frases do Capitão Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, verdadeiras pérolas, ficaram na história. Podemos citar algumas, como ilustração:

a) Quando define o Capitão Povoador de Piracicaba, Antônio Corrêa Barboza, com um verdadeiro retrato falado da personagem, enviado ao Capitão General de São Paulo, Francisco da Cunha Menezes (Nota 14):

“Figuro na respeitável presença de V.Excia. a um índio de qualquer aldeia, porém branco de origem, muito forte, duro, animoso, agradável, ágil para a caça e pescaria, totalmente desgovernado, inútil para si e para os

seus, sem regra, sem palavras, e inábil para quaisquer instruções e reforma, este é o Capitão Antônio Corrêa Barbosa”.

b) Quando descreve com humor ácido o que o povo comentava sobre a situação em que ele se encontrava com o mesmo Capitão Antônio Corrêa Barbosa (Nota 15): “...*Chegam a blasfemar que o referido Capitão há de ir ao inferno montado em mim – ele pelos insultos que comete e eu por não dar a última providência”.*

c) Frase com que define a atuação do ilustre paulista que depois foi regente do Império, Diogo Antônio Feijó: “...*homem perigoso e cheio de idéias criminosas de liberdade”* (Nota 16).

d) Famosa frase que o Capitão Mor disse ao Príncipe Regente, D. Pedro, pouco antes da proclamação da Independência, em São Paulo, após este ter rido de sua figura prosaica, vestida com uma farda antiquada e ridícula; “*Saiba Vossa Alteza Real que com esta mesma farda durante dezenas de anos servi aos seus augustos pais, avós e bisavós*” (Nota 17). Realmente, ele havia sido fiel funcionário da coroa, desde a sua juventude, sob os cetros de D. José I, D. Maria I, D. João VI e continuou a servir alguns anos a D. Pedro I, após a Independência, até quando morreu, em 1825!

d) Poeta: Algumas poesias do Capitão Mor chegaram até nós. Assim, em carta dirigida a Estêvão Ribeiro de Rezende (depois, Marquês de Valença), em 06-JAN-1812, o Capitão Mor, em ‘post scriptum’, diz muito humildemente que está remetendo ao amigo um “*pequeno trabalho de uma hora vaga*” para que este o leia “*sub sigillo confessionis non sacramentatis*” e o corrija. E ainda acrescenta: “*já estou ouvindo a V. Sa. dizer: forte tolo e eu muito depressa respondo – paciência, cada um enterra a seu pai como pode*” (ainda Nota 17). Faz, então, constar umas glosas laudatórias ao nascimento do primeiro neto do príncipe regente D. João, d. Sebastião, filho de d. Maria Teresa e d. Pedro Carlos de Bourbon. Começa esses versos assim; “*Os Afonsos, os Denizes, com seus netos ‘inda vivem*”, querendo dizer que a casa real portuguesa, apesar de todos aqueles séculos ainda era da mesma família e ainda continuava a reinar. E continua a laudação. Em certo trecho diz “*Feliz Rio de Janeiro, eu te clamo sem receio, pois possuis em teu seio, um Príncipe Brasileiro*”. Vê-se que Vicente da Costa não era rico em métrica, imagens e em rimas, mas se esforçava. Há, ainda, na “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (Nota 18), um trabalho do Prof. Roberto Machado Carvalho, onde aparecem vários poemas do Capitão Mor de Itu.

Vê-se aí a intensa religiosidade do “poeta” e a sua preocupação com a servidão dos seres humanos, a sua fragilidade face à morte, a problemática existencial, enfim:

*“O marcial guerreiro que assolara
A ferro e fogo o campo inimigo;
O afouto navegante que buscara
Diversas regiões por mil perigos;
O filósofo sábio, que ostentara
Os sistemas ditar a seus amigos,
Acaba vão mortal; é curta a idade
E têm nas cinzas a prova da verdade”*

E continuando ainda a falar da fragilidade humana, principia um soneto, dizendo:

*“Lembra-te, oh! homem, que és de pó formado,
Fragil matéria a que destrói o vento,
És homem, por efeito de portento,
Sendo homem será em pó tornado.”*

Ou, então:

*“Ah! Meu Deus!, isso não Deus compassivo!
Mandai todo o trabalho que inda é pouco.*

*Concedei a minha alma lenitivo:
Pois quero até espirar cansado e rouco,
Invocar vosso nome enquanto vivo.”*

Francisco Nardy Filho (Nota 19) cita uma passagem em que o Capitão Mor compôs de improviso uns versinhos satíricos face à desfaçatez de um cidadão que para não perder a concessão de terras no atual Largo do Patrocínio, em Itu, a cercou e a plantou, durante a noite, com árvores já cheias de frutas, em um verdadeiro pomar de aparecimento mágico:

*“Ontem de tardezinha vi um campo
Vestido de capim, nenhum arbusto;
Hoje de manhã, com assombro e susto,
Troncos e frutos vi no mesmo campo.
Milagrosa foi a lua e pirilampos,
Que tal milagre fez em uma noite;
Mas não se livrará de algum açoite,
Quem quis cegar dos olhos a menina*

Do perspicaz juiz do dia e noite.

O valor dos versos do Capitão Mor não é literário propriamente, mas, sim, por demonstrar preocupação intelectual e cultural em uma época tão remota, em Vila tão afastada dos grandes centros e da convivência de outros intelectos que os poderiam apreciar. Mostra a posição impar desse homem, até certo ponto solitário, ilha isolada no panorama social, político, intelectual e histórico da Capitania de São Paulo. Que por isso mesmo deve ser cultuado em sua terra.

e) Latinista: Ficaram em documentos e narrações algumas expressões latinas que o Capitão Mor de vez em quando cometia, como na carta que escreveu para o futuro Marques de Valença (ainda Nota 17) - “*Sub sigillo confessionis non sacramentatis,*” (sob sigilo não sacramentado) – quando submete sua poesia àquele seu amigo. Na mesma carta, quando diz respeitar Estevão Ribeiro ainda antes de o conhecer, só pelo bom nome deste, diz: “*Curam habe de bono nomine, quia melius est nomen honum quam mille thesauri*”. E como nome de uns sonetos que produziu: “*Memento homo quia pulvis es et in pulverem revertetis*” (Lembra-te homem que és pó e em pó reverterás) (ainda Nota 17). Acrescente-se que por influência sua o seu filho Manoel Floriano tornou-se professor de latim (ainda Nota 3).

f) “Nepotista”, militarista, latifundiário?: Fato impar na biografia dessa personagem é ter ele, em 20-JUL-1788, conseguido para o seu filho Martim de Mello Taques Goes e Aranha, de 6 anos de idade, uma carta de sesmaria em Piracicaba, de uma légua de testada e outra de sertão, confinando com uma outra sua própria sesmaria (Nota 20). Logo após, em 1792, nomeava o mesmo filho Martim, com apenas 10 anos de idade, “Capitão Afectivo” das milícias (ANEXO III, recenseamento de 1792). Não se entende a pretensão do Capitão Mor! Seria para garantir o filho e assegurar-lhe um posto futuro? Seria para ampará-lo e motivá-lo à carreira militar ou ao governo? Parece que era do espírito da época empurrar à força a mocidade para o serviço militar (Nota 21). É bem verdade que seu intuito surtiu efeito, pois Martim terminou como Sargento Mor de Itu. Quem teve mais sorte foi o genro do Capitão Mor, João de Almeida Prado, que acabou lhe herdando o cargo, após a sua morte.

g) Dono de Sesmarias: Tem-se notícia de pelo menos duas sesmarias das quais o Capitão Mor foi proprietário. A primeira é a já citada acima, em Piracicaba, vizinha da que foi dada ao seu filho Martim, em 20-JUL-1788. So-

bre a segunda, obtivemos informação no Arquivo Nacional: trata-se de terras devolutas, junto ao Rio Tietê, nas paragem chamada de “Correntes das Pedreiras”, em Itu. Acontece que Vicente da Costa a solicitara por carta ao Governador de São Paulo, na época o Marechal José Raimundo Chichorro da Gama Lobo (1786 – 1799) que a concedeu em 27-JUN-1786, confirmada em 30-OUT-1799. Por impedimentos, no entanto, as terras não foram medidas nem demarcadas judicialmente, com citação de marcos, de conformidade com o Alvará de 25-JAN-1809. Como o tempo passara e o Capitão Mor a povoasse e estivesse “*de mansa e pacífica posse*” das mesmas, teve que implorar a Sua Magestade, haver por bem mandar-lhe passar “*Provisão de dispensa de lapso de tempo*” para se medir e demarcar a referida Sesmaria. O documento de que temos cópia em mãos está assinado pelo procurador Bento José de Freitas, no Rio de Janeiro, em 1-OUT-1819 (Nota 22).

h) Polêmico: São muitas as polêmicas, quizilas e confrontos em que se meteu Vicente da Costa. A primeira que se pode citar é, sem dúvida alguma, a que teve, como oponente, por razões políticas, o Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva, conforme retratamos na Revista nº 2, da ASBRAP (Nota 10).

A segunda, com o fundador de Piracicaba, o Capitão Antônio Corrêa Barbosa, criatura que se opunha, em caráter, ao Capitão Mor. Era, aquele, prepotente, teimoso, rebelde, ardiloso, atrabiliário, não cumpridor de compromissos, protetor de pessoas de procedimento duvidoso, não respeitando os padres que iam servir na sua Vila, não obedecendo às ordens superiores. Era tal a decepção que produzia, que o Capitão Mor de Itu, em um desabafo, deixou escrito:

“Chegam a blasfemar que o referido Capitão (Antônio Corrêa Barbosa) há de ir ao inferno montado em mim, ele, pelos insultos que comete e, eu, por não dar a última providência, supondo que nas minhas mãos está o seu remédio” (ainda Nota15).

Esse “remédio” a que se refere Vicente da Costa, certamente, seria demiti-lo, deportá-lo, livrar-se dele para sempre. Ao que parece, no entanto, o santo do “piracicabano” era forte demais, com quem nem o poderoso Capitão Mor de Itu podia!

A terceira, pode-se citar, a que teve com o Capitão Carlos Bartolomeu de Arruda. Não foi propriamente uma quizila, na acepção da palavra. Carlos Bartolomeu de Arruda (Botelho), ancestral de muitos paulistas ilustres, in-

clusivo do Conde do Pinhal, teve suas peculiaridades que muito incomodaram o Capitão Mor de Itu: verdadeira “pedra no seu sapato”.

Em 30-DEZ-1785, Carlos Bartolomeu conseguiu, uma sesmaria, em Piracicaba (Nota 23), vizinha da do Capitão-Povoador, Antônio Corrêa Barbosa. Este havia comprado, em 1784, suas terras de um certo Felipe Cardoso (que as obtivera em 1723, como sesmaria) e a certa altura dos acontecimentos, distribuiu parte dessas terras para o rossio da povoação, para populares poderem cultivá-las e assim tirar o seu sustento e se fixarem no povoado. Vendo o Capitão Carlos Bartolomeu que estas terras distribuídas teriam futuramente muito maior valor que aquelas que obtivera por sesmaria, entrou em entendimentos com os herdeiros do referido Felipe Cardoso que lhes outorgaram uma nova escritura. De posse desse falso título, começou a intimidar os moradores do local e impedir que novas famílias constituíssem propriedades nos terrenos a que tinha pretensão direito. Chegou mesmo a requerer ao Capitão-General solicitando sesmaria dessa propriedade e de alguns terrenos vizinhos. Área esta em que atualmente se assenta a cidade de Piracicaba. Com essa pretensão, muitos influentes companheiros de Carlos Bartolomeu começaram a também pretender o seu quinhão, formando um partido chamado dos “40 coligados”. Este capricho foi longe, até 1808, quando o governo central da Capitania mandou chamar Carlos Bartolomeu a São Paulo, “*a fim de renunciar todo o direito e pretensão que ambicionava, com título nulo e criminoso, sobre as terras doadas ao povo, pelo falecido capitão-povoador*” (ainda Nota 23). Outro tropeço causou o Capitão Carlos Bartolomeu Arruda (Botelho) ao Capitão-Mor de Itu. Referimos ao caso que aquele teve com a viúva Flora, ou mais conhecida como Maria das Flores, com quem se amancebou, tão escandalosamente, que causou indignação nos moradores da povoação. O caso chegou até aos ouvidos do Capitão General, Franca e Horta, que nomeando um novo comandante das ordenanças de Piracicaba, Francisco Franco da Rocha, ordenava o despejo de tal mulher da povoação. Mas ela, meses depois, em Itu, alegando ter deixado pertences se estragando e sendo roubados em Piracicaba, conseguiu permissão para voltar para lá. Mas em OUT-1798, Franca e Horta ordenava novamente a Franco da Rocha que fizesse

“incontinentemente despejar dessa povoação a Maria das Flores, filha de Izabel Barbosa de Almeida, visto que tendo-lhe facultado licença para recolher-se a dispor ai de seus bens, o não tem feito, antes continua a viver com o mesmo escândalo que antecedentemente” (Nota 24).

Imagina-se a tortura que tenham sido esses casos escabrosos de Carlos Bartolomeu de Arruda para o Capitão Mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, que acabou resolvendo-os, após muitas lutas (Nota 25).

A quarta quizila foi com a ilustre figura de nossa história pátria, o Padre Feijó. Este sacerdote, homem polêmico e liberal, de amplos recursos intelectuais, mexeu com o que Vicente da Costa tinha, em seu íntimo, de conservador, retrógrado mesmo, não por culpa sua, mas devido ao enorme período em que ficou confinado ao poder sobre a Vila de Itu, subjugado, por outro lado, ao poder monárquico da época, apegado aos seus princípios de mocidade, sem renovação. Hostilizou o futuro Regente do Império, chegando em um de seus ofícios a sair-se com esta “pérola” já citada acima: “... *homem perigoso e cheio de idéias criminosas de liberdade*” (ainda Nota 16). É bem verdade que quando foi solicitado por um ministro a vigiar Feijó, teve a hombridade de avisá-lo sobre o fato, para que o ilustre padre não se visse pilhado de imprevisto (Nota 26).

A quinta quizila foi já nos últimos anos de sua vida, em 1824, quando do descontentamento geral com o 1º Presidente da então Província de São Paulo, o mineiro Visconde de Congonhas do Campo, Lucas Antônio Monteiro de Barros. Este, Presidente de Província, tinha como inimigo o Ministro da Justiça, Ferreira França, futuro Marques de Nazareth. Consta que este Ministro ouvira do Capitão Mor de Itu “*uma denúncia de republicanos*”, “*E como o Presidente pelo seu sistema conciliador quisesse sufocar esta intriga, o dito Capitão Mor denunciou-o também como fautor (que favorece, auxilia, promove, fomenta) e talvez chefe dos republicanos da Província*”. Tudo isto é contado por Alberto Rangel, o Mestrinho, considerado o Fundador da Imprensa Paulista, em carta de 11-NOV-1824. Chega mesmo a taxar o Capitão Mor de Itu de “*malvado corcunda*”, sendo “*corcunda*”, o nome que se dava, na época, aos inveterados absolutistas (Nota 27).

i) Condecorado: O Capitão Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha foi condecorado duas vezes, em seqüência, pelo Imperador Pedro I: como Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro, decreto de 01-DEZ-1822 e Cavaleiro da Venerável Ordem de Cristo, decreto de 12-DEZ-1822 (Nota 28). É bom lembrar que a condecoração “Ordem Imperial do Cruzeiro” foi criada pelo Imperador, no próprio 01-DEZ-1822, para comemorar a sua Aclamação, Sagração e Coroação. No anverso, apresenta-se como uma estrela branca de cinco pontas bifurcadas e maçanetadas, assentada sobre guirlanda de ramos de café e fumo e pendente da coroa imperial. Ao centro, um medalhão re-

dondo azul celeste, com cruz latina formada por dezenove estrelas brancas, circundado por orla azul-ferrete, com a legenda “*BENEMERENTIUM PRAEMIUM*”. O grau de cavaleiro é o menos graduado, havendo ainda os de oficial, dignitário e grã-cruz. Foi a primeira ordem honorífica genuinamente brasileira. Era destinada a premiar brasileiros e estrangeiros e sua maior distribuição ocorreu no dia da própria Coroação. Como essa honraria foi dada logo após ao incidente narrado acima (quando o Príncipe rira-se dele e este dera-lhe a sua famosa resposta), conclui-se que o Imperador quis desculpar-se, de imediato, reconhecendo o imenso valor daquele homem franco e produtivo. A Venerável Ordem de Cristo é uma condecoração antiga, remontando aos reis de Portugal. Era privilégio dado aos cavaleiros nacionais e estrangeiros para premiá-los por terem prestado relevantes serviços à Pátria e a Humanidade. Trata-se de uma cruz latina vermelha, potenciada, vazada por cruz latina branca. Completa-a, fita e banda vermelha, com orla azul. O grau de cavaleiro é o menos graduado, havendo ainda o de comendador e grã-cruz (Notas 28 e 29). Pergunta-se: onde andarão essas condecorações?, pois dificilmente são destruídas ou dispersas, e sim guardadas como relíquias pela família.

j) Retratado: E para completar esta resenha, não se poderia deixar de comentar o fato de que essa personagem ímpar não tenha escapado de ser graficamente retratado (além das contundentes descrições verbais de outrém), ainda mais que por um dos artistas mais pitorescos da história paulista do século XIX: Miguelzinho Dutra (1810-1875) (Nota 30). Dentro da pobreza iconográfica paulista, tão comentada por nossos historiadores, onde a verdadeira fisionomia de nossas personagens do passado pouco são conhecidas, eis que surge a figura de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, gravada pelo pincel do citado Miguelzinho Dutra: solene, formal, cabeleira empoadada, cheia de massacros (Notas 31), casaca agalonada, vermelha cor de sangue, bordada de dourados, camisa de punhos de renda, bengala, chapéu bicorne, com plumas (Nota 32). Acredita-se que com esta mesma vestimenta tenha ele se apresentado ao príncipe d. Pedro, em São Paulo, pouco antes da Proclamação da Independência, quando este, jovem ainda, não pode se furtar a ter “frouxos de riso” e provocar as célebres palavras do Capitão Mor que já narramos acima (ainda Nota 17). Quando o Capitão Mor faleceu, em 1825, Miguel Dutra tinha somente 15 anos: ou o citado retrato que fez foi de memória ou de “corpo presente”, obra de um adolescente. O certo é que pelos pormenores em que entrou, não poderia ser por ouvir dizer; deve ter visto, pessoalmente, a figura “esquisita” de Vicente da Costa e se impressionado

muitíssimo, dada a fama que o modelo possuía. Felizmente esse retrato existe até hoje, no Museu Republicano de Itu. Uma historiadora do Rio de Janeiro (ainda Nota 32), em 1947, acrescenta mais luzes ao caso de tal retrato, embora, na época houvesse dúvida sobre a autoria da obra. Afonso de Taunay, autor sempre presente quando se trata da história de São Paulo, quando diretor do Museu Paulista, informou por carta à Diretoria do Museu Histórico Nacional:

“ O quadro de Benedito Calixto, que temos no Museu Paulista, representando o Vicente Taques, passa por ter sido copiado de um original de Hércules Florence, mas tenho minhas dúvidas que Florence haja visto o Capitão Mor, pois, como ele próprio conta, partiu do Rio a 3 de setembro de 1825 em direção a Santos e S. Paulo. Conta que de São Paulo foi a Jundiá, onde se demorou longamente, mês inteiro. Ora, nesse ínterim, morreu Vicente Taques, conforme diz Azevedo Marques, relatando que faleceu em setembro de 1825 [11-SET-1825, como já vimos].... Há outra circunstância a considerar ainda. Existe no Museu de Itu, um desenho antigo, que adquiri de descendente do velho pintor ituano Miguel Benício Dutra. É positivamente o retrato do Capitão Mor (como aliás diz o letreiro) e por ele certamente se fizeram cópias, uma das quais serviu a Calixto, quero crer. É uma aquarela muito rústica, de artista bisonho. Como este Miguel fosse ituano e começasse a pintar muito cedo, é crível que o original do retrato seja dele” (ainda Nota 32).

Auguste de Saint-Hilaire, repórter arguto, ilustre, eficiente, caminhante, esta benção que “nos aconteceu” no início do século XIX, após ter sido muito bem recebido, em DEZ-1819, pelo Capitão Mor, tece um comentário sintético, inteligente e muito bem observado sobre Vicente da Costa: “fiz também uma visita ao capitão-mor, que me cumulou de gentilezas já fora de uso desde muito tempo, ao norte da Europa, mas que os portugueses ainda não haviam renunciado” (Nota 33). Bela pincelada, que complementa de modo magistral o retrato feito por Miguelzinho Dutra, além da descrição contundente do futuro Marquês de Valença (ainda Nota 17).

Eis, pois, uma resenha da Família Aranha que influenciou, beneficamente, a Vila de Itu, quase todo o século XVIII e início do XIX. Para completar, eis algumas outras informações auxiliares e complementares:

ANEXO I - A FAMÍLIA ARANHA, EM PORTUGAL:

A) No Processo de Habilitação de “Genere et Moribus” do Padre Manoel da Costa Aranha, de nº 1-28-253, em 1752, do Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, colhemos as seguintes informações:

- João da Costa Aranha era natural da Freguesia de São João da Foz, Arcebispado do Porto, o que concorda com Silva Leme;
- Ele era realmente filho de Vicente da Costa e Felipa da Fonseca que vieram para a citada Freguesia, de fora, já casados, “*a ali assistir*”, e que Vicente da Costa fora artilheiro do Castelo (de São João da Foz). Este casal que era cristão velho, vivia na rua e sítio da Cerca, na citada Freguesia.
- Em corroboração com estas informações, foi descoberto, paralelamente, outro Processo de Habilitação de “Genere et Moribus”, de outro pretendente ao sacerdócio, agora, Joaquim Novaes de Magalhães, neto do casal ora reseñado (ainda nota 1), que traz o testemunho de uma certa Maria Josefa de Jesus que conhecera, na época, pessoalmente, o casal Vicente da Costa - Felipa Fonseca. Transcrevemos, a seguir, o depoimento:

“ Testemunho ouvido a 16 de setembro de 1.767, na Capela de Nossa da Lapa, sita na Freguesia de S. João da Foz do Douro, comarca da Raya, bispado do Porto: Maria Josefa de Jesus, solteira, natural e moradora da rua.....(ininteligível), desta freguesia de S. João da Foz do Douro: Sabe pelo ver e presenciar como o dito avô materno (se refere ao avô, João da Costa Aranha, do suplicante à sacerdote) se criara na companhia de seus pais, sendo moradores do sítio da Cerca, junto do Castelo desta Freguesia de São João da Foz do Douro deste Bispado do Porto e se lembra hir elle para America per lá ficou e sempre ouviu dizer a suas irmans que ele se cazara nas Minas, e que inda conhecera seus pays Vicente da Costa que foi soldado do Castello e sua mulher Phelipa da Cunha (sic), que sempre viveram no lugar da Cerca, junto do Castello, o que sabe per ser desta Freguesia e vezinha nesse tempo das ditas pessoas. Sendo ella rapariga, em cujo tempo se criara com as irmans do ditto João da Costa Aranha”....

- No primeiro processo aqui citado (do Padre Manoel da Costa Aranha), às folhas 21, há a transcrição do assento de batismo de João da Costa Aranha:

“ Aos vinte oito de julho de (mil) seiscentos e noventa e dois, nasceu João filho de Vicente da Costa e de sua molher Fellipa da Fonsequa foy baptizado nesta Igreja aos trinta do dito mês por mim o Padre João Pires Alemão forão padrinhos Maria filha de Maria de Andrade de que fiz este assento o Padre João Pires Alemão coadjutor / Martinho da Costa”.

- Às folhas 81, do mesmo Processo, há o assentamento do batizado de Vicente da Costa, pai de João da Costa Aranha:

“Freguesia de S. Vitor, livro de batizados, fls 102”: “No mesmo dia, batizei a Vicente, filho de Francisco Gonçalves e de sua mulher Marta da Costa do campo de Santana foram padrinhos Antonio Corrêa viuvo da Ponte do Souto, e madrinha Madalena da Rocha, mulher de Miguel Bravo dos chãos de baixo e por ser verdade me assinei Francisco Coelho era do dia mês e ano deste assento. Corria a era de 26 de janeiro de 1.656”.

- Às folhas 81v e 82, do mesmo processo, vê-se:

“Livro de casamentos da Freguesia de S. Vitor, fls. 5v”: “Aos doze de maio de **(mil)** seiscentos e nove se receberam **(receberam)** em minha presença na forma do Sagrado Concilio Tridentino Vicente da Costa filho de Francisco Gonçalves e de sua mulher Marta da Costa já defunta moradores do Campo de Santa Ana com Phelipa da Fonseca **(aqui há uma linha que não se lê)** Dias e de sua mulher Isabel Rodrigues já defuntos moradores que foram na Vila de Arco de Valdevez testemunhas Frutuoso Rodrigues Sombreiro e João de Almeida moradores no Acento desta Igreja e por ser verdade fis e asinei era ut supra Adriannno Duarte”.

- Há, também, no processo em pauta, a transcrição do assentamento do batizado de Manoel, irmão de Vicente, tio, portanto, de João da Costa Aranha, onde aparece a profissão de Francisco Gonçalves, avô deste:

“A 20 de janeiro de 1.650 foi batizado pelo Padre Ignacio de Faria da freguesia de S. Vitor, a Manoel, filho de Francisco Gonçalves, marceneiro e de sua mulher Marta da Costa, do campo de Santana”.

- Como complemento, obtivemos junto aos Mórmons (rolo de microfilme nº 1383773), do “Livro de batizados e casados e defuntos, desta Freguesia de S. Victor”, o assento do casamento de Francisco Gonçalves e Marta da Costa, avós de João da Costa Aranha:

“Aos vinte digo aos cinco de maio de mil e seiscentos e quarenta e sette se receberam em minha presença na forma do sagrado conselho tridentino Francisco Gonçalves e Marta da Costa, filha de Francisco Martins, já defunto e sua mulher Ana Rodrigues, todos moradores no campo de Santana foram padrinhos comigo Antonio da Fonseca conego e Antonio Martins e Simão da Silva e Fernão Lopes. E por ser verdade assinei”....

ANEXO II - A FAMÍLIA ARANHA NOS RECENSEAMENTOS DA VILA DE ITU, NO SÉCULO XVIII:**1765:**

- **João da Costa Aranha**, da idade de 72 anos, casado com Gertrudes de Araújo. Possui bens: 800\$. Filhos: Vicente da Costa, de 17 anos, Ana de Araújo, de 21anos; Rita de Araújo, de 16 anos, Maria de Araújo, de 15 anos.

1766:

- **João da Costa Aranha**, da idade de 74 anos, casado com Gertrudes de Araújo que vive de sua lavoura. Possui nada. Filhos: Vicente, estudante de filosofia, soldado de cavalo, da idade de 17 anos; Ana, 22 anos, Rita, 18 anos, Maria, 14 anos.

1767:

- Junto ao recenseamento de 1767 há a “Lista da Companhia de que é Capitão o Sargento Mor Antônio Pacheco da Silva. Na 3ª Esquadra, de que era cabo de esquadra João Francisco de Vasconcellos, de 18 anos, aparecem: **Vicente da Costa**, solteiro de 19 anos e Manoel da Costa, solteiro, de 20 anos (não confundir com o irmão de Vicente, Manoel da Costa Aranha, que na época andava com, aproximadamente, 37 anos e já se tornara padre).

1768:

- **Vicente da Costa** não continua na 3ª Esquadra.

1776:

- **Gertrudes de Araujo Cabral**, viúva, de 63 anos. Possui sua “xácara” que rende por ano: mandioca, alqueires:20; feijão, 10; amendoim: 15, aguardente canada: 6. Filhos: Vicente da Costa Taques de Almeida (sic) 27 anos; Ana: 31; Rita, 29, Maria 28, escravos: 7.

1778:

- **D. Gertrudes de Araújo**: 60 anos; Dr. Juiz Ordinário, **Vicente da Costa Taques Gois e Aranha**, 28 anos; Ana, 33, Rita, 31, Maria 29, Ana, sobrinha, 26. Escravos: 11.

1782:

- **Capitão Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha**, 32 anos; D^a Alda Brandina de Mello Serqueira Rego, mulher, 21 anos; Filho, Martim de Mello, 4 meses; “ospedes” (sic): D^a Gertrudes de Araujo Cabral, 62 anos; D^a Rita Custódia de Serqueira Aranha, 33 anos. Escravos, 24

- **Reverendo Doutor Vigário da Vara Manoel da Costa Aranha**, 49 anos; Forro: 1; escravos, 7.

1783:

- **Vicente da Costa Taques Goes e Aranha**: 33 anos; **D^a Alda Brandina de Mello Serqueira**, 22 anos. **Filho: Martim, 1 ano; D^a Gertrudes Cabral**, 66, **D^a Maria Joaquina Aranha**, 35. Escravos, 23.

- **Reverendo Vigário da Matriz, Manoel da Costa Aranha**, 50 anos; Escravos: 10.

1784:

O Capitão Mor aparece com 34 anos, Ana Brandina, com 23, Martim com 2, Francisca, filha, com 4 meses e 20 escravos. A mãe e a mesma irmã permanecem, moradoras da casa. Manoel da Costa Aranha, Reverendo Dr. Vigário da Vara da Matriz, com 52 anos, 12 escravos.

1786:

O Capitão Mor está com 37 anos, D. Alda Brandina com 26, o filho Martim com 5, a filha Francisca Brandina com 3 e outro filho Manoel, com 1; os escravos são 21. Manoel da Costa Aranha aparece como Rev. Dr. Vigário da Vara, com 50 anos e 10 escravos; João Manoel Machado Caldeira, como Reverendo Dr. Vigário colado, com 53 anos e 9 escravos. A Vila de Itu tinha, então, 383 fogos, com 753 homens e 804 mulheres e 711 escravos.

1790:

Vicente da Costa está com 38, D. Alda Brandina de Mello Cerqueira Rego, com 29, e os filhos Martim, 8, Francisca Brandina, 6, Manoel Floriano, 4, José Raimundo, 3, Maria Josefa, 19 meses e Bernardo, 5 meses, Aparece um hospede, Felisberto de Almeida, de 31 anos. Os escravos são 29. Manoel da Costa Aranha aparece como Rev. Dr. Vigário da Vara, com 57 anos, 12 escravos e 9 agregados. Aparece, também, neste recenseamento, Carlos Bartholomeu de Arruda, Capitão da Companhia do Bairro de Potribu.

A Vila de Itu tinha, então, 427 fogos, 740 homens, 853 mulheres e 1.272 escravos.

1791:

O Capitão Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha está com 41 anos, D. Alda Brandina, com 31, Martim com 9, Francisca Brandina, com 7, Manoel Floriano, com 5, José Raimundo com 4, Maria Josefa, com 3, Bernardo com 2 e Ana (Ana Brandina, que veio a ser a matriarca dos Almeida Prados, que se tornaram ilustres em Itu e São Paulo), com 3 meses; escravos 40. Hóspede e feitor, Felizberto de Almeida, com 33 anos. O Reverendo Padre Manoel da Costa Aranha, com 58 anos e 5 escravos. A Vila de Itu tinha então: 403 fogos, 714 homens, 750 mulheres e 1.069 escravos (o decréscimo, desde o ano anterior, deve-se, certamente, a desmembramento em outros distritos).

1792:

O Capitão Mor está com 43 anos, D. Alda Brandina, com 33, Martim, com 10, Manoel Floriano, com 6, Joseph, com 4, Bernardo com 3, e Anna, com 2; agregados, Salvador do Amaral, 23 anos e Margarida, sua mulher, 16. Escravos, 45. O Reverendo Doutor Manoel da Costa Aranha estava com 59 anos e 6 escravos. Itu estava com 402 fogos, 672 homens, 829 mulheres e 1.052 escravos.

Nesse mesmo recenseamento, de 1792, aparece como Capitão “afectivo”, Martim de Mello Taques Goes e Aranha, 12 anos (sic). Era este o filho mais velho do Capitão Mor Vicente da Costa Taques Goes e Aranha que se apressava a envolver o filho nas Milícias, desde a mais tenra idade. Só que esse Martim estava só com 10 anos de idade (e não 12) como o próprio recenseamento declara. A pressa do Capitão Mor era fora do normal!

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS E REFERENCIAIS:

- 1 – BARBAS, Manoel Valente. *O casal Lucrecia Leme Pedroso e Antônio Vieira Antunes. In: Revista ASBRAP n° 4, 1997, p. 109-126*
- 2 – SL, III, 493. Título Pedroso de Barros, item 2-1 de 1-10.
- 3 – SL, IV, 65. Título Arrudas Botelho, item 2-10 de 1-5.
- 4 – BELLOTO, Heloísa Liberalli. *Autoridade e Conflito no Brasil Colonial: O governo do Morgado de Mateus em São Paulo. São Paulo: Secretaria do Estado da Cultura, 1979. p. 88. DOC. INT., vol. LXVIV, 1939, p. 11-16.*

- 5 – Processo de Habilitação de “Genere et Moribus”, do Padre Joaquim Novaes de Magalhães, Cúria Metropolitana de São Paulo, nº 1-49-401, em 1766.
- 6 – MARQUES, Azevedo. *Apontamentos Históricos, Geográficos, etc...* Rio de Janeiro: Typographia Universal de Eduardo & Henrique Laemmert, 1879, 1ª parte, p.169. verbete: “*Governadores e Capitães Gerais*”: “8 – D. Luiz de Mascarenhas, depois conde D’Alva, tomou posse a 12/fev/1.739 e serviu até ago/1.748. Foi depois vice-rei da Índia, onde faleceu”.
- 7 – NARDY FILHO, Francisco. *A cidade de Itu*. São Paulo: Escolas Profissionais Salesianas, 1928, v. 1, p. 77.
- 8 – Arquivo da Cúria Metropolitana de São Paulo, Processo nº 1-28-253, de 1752, do Padre Manoel da Costa Aranha.
- 9 – NARDY FILHO, Francisco. *A cidade de Itu*. São Paulo: Gráfica João Bentivegna, 1950, v. 3, p. 24-27.
- 10 – BARBAS, Manoel Valente. *Crise na Vila de Itu – 1776*. In: *Revista ASBRAP nº 2*, 1995, p. 41
- 11 – Idem Nota 9, p. 126-128.
- 12 – O requerimento do Capitão Mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha ao Capitão General de São Paulo, Marechal José Raymundo Chichorro da Gama Lobo, em 29-NOV-1786, solicitando determinações para sua providência quanto ao Capitão Povoador de Piracicaba, Antônio Corrêa Barbosa existe no Departamento do Arquivo Estadual de São Paulo, Caixa das Ordenanças de Itu. O autor transcreveu-o inteiramente para si, tendo cópia do mesmo. Leandro Guerrini, em seu livro “História de Piracicaba em Quadrinhos, 1970, 1º vol., págs. 49 e 50, também transcreve trechos do mesmo.
- 13 – A data precisa da fundação de Piracicaba é controversa. Quando o Capitão Mor de Itu diz que esta fora aproximadamente há 20 atrás (de 1786), estava se referindo ao fato de que fora de 1766 (24-JUL) a provisão que nomeara o Capitão-Diretor e Povoador de Piracicaba, e de 17-NOV, do mesmo ano, o Bando que proclamava “para se formar uma povoação na paragem chamada – Piracicaba”....Para tal, ver: NEME, Mário. *História da Fundação de Piracicaba*. Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974, p.56.
- 14 – Carta dirigida ao Capitão-General de São Paulo, Francisco da Cunha Menezes, em 08-JAN-1785, por Vicente da Costa, reclamando do Capitão-Diretor e Povoador de Piracicaba, Antônio Correa Barbosa que com a sua conduta não adequada espantava de sua povoação os padres que para lá eram indicados, como no presente caso do Frei Thomé de Jesus. O autor deste artigo copiou manuscritamente esta carta e mantém consigo esta cópia. Leandro Guerrini, em sua obra e mesmo volume, citados na nota 12, acima, pág. 48, transcreve pequeno trecho dessa carta, embora tenha sido ela bastante longa.

15 – Esta figura do Capitão-Diretor e Povoador de Piracicaba montado nas costas do Capitão Mor de Itu, faz parte do mesmo requerimento da Nota 12, acima. Esse documento é bastante extenso, mostrando que quando Vicente da Costa queria ver os seus problemas resolvidos, não poupava argumentos, palavras e tinta. Ele se inspirou na popular, folclórica, encenação de origem colonial que se faz em Itu, na Praça da Matriz, até os dias de hoje, na Semana Santa, de um boneco representando Judas e seu saco de moedas, elevado em um poste, tendo o diabo, sustentado por fios, por traz, logo acima dos seus ombros. Quando bate o meio-dia do Domingo da Páscoa (antigamente era no Sábado de Aleluia), em meio do estrepitar de bombas e fogos, o boneco do diabo, por meio de cordas e mecanismos rudimentares, cai sobre os ombros de Judas e explodem os dois, com grande estardalhaço, diante da população que aplaude calorosamente. Certamente, era essa a idéia que o povo fazia do papel dos dois Capitães: o de Itu, traidor, por não resolver o problema e o de Piracicaba, encarnando o demônio, atentando contra a vida do primeiro. O grande pintor Jean Baptiste Debret se interessou por essa celebração popular, pintando a cena em uma das suas obras (ver: DEBRET, Jean Baptiste (*1768 – †1848). *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. ed. Itatiaia Limitada, São Paulo: Ed. USP, 1978, tomo II, Prancha 21, p. 223.

16 – NOVELLI JUNIOR. *Feijó, Um Paulista Velho*. Rio de Janeiro: GRD, 1963, p. 57.

17 – *O Centenário de Vicente da Costa Taques Goes e Aranha (1825 – 1925)*. In: *Annaes do Museu Paulista*. São Paulo: Diário Oficial, 1927, v. III, p. 361. Esta publicação homenageia a morte do Capitão Mor, dá notícia da cena entre o Capitão Mor e D. Pedro que se rira de sua farda antiquada, mas dá, também, a informação equivocada que o desenho de Vicente da Costa foi feito por Hércules Florence, fato que se vê desmentido no texto do presente artigo. A carta do Capitão Mor de Itu ao futuro Marques de Valença e a poesia laudatória pelo nascimento do primeiro neto do futuro d. João VI, em 04-NOV-1811, estão no rodapé deste mesmo artigo, às págs. 362 a 364.

18 – CARVALHO, Roberto Machado. *O Poeta Vicente da Costa Taques*. São Paulo: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1982, v. LXXVII, p. 90,

19 – Idem Nota 9, pág. 192.

20 – GUERRINI, Leandro. *História de Piracicaba em Quadrinhos*. Piracicaba: Imprensa Oficial do Município de Piracicaba, 1970, v.1, p. 51. A nosso ver, o autor não foi feliz ao intitular a sua obra valiosa como História em Quadrinhos, pois pode parecer coisa não muito séria, o que na realidade é o oposto. Deveria ser “História em Tópicos”, pois dado o volume do material obtido pelo autor,

este não teve espaço para cometer digressões sobre a matéria, apresentando-o em pequenos parágrafos enxutos, como em um diário.

21 –Francisco Nardi, em sua obra “A Cidade de Itu”, no IIIº volume, págs. 251 a 255, conta a muito interessante história de quatro gerações da família Mariano da Costa, uma das mais intelectuais e representativas de quantas Itu jamais teve. Principia com Feliciano da Costa nas minas de Cuiabá, escrevendo para a sua família em Itu para dizer que a terra era rica e bastava abaixar a mão e erguer ouro... À vista disso, o seu filho Joaquim Mariano enfrenta as agruras da penosa viagem, deixando mulher e filhos, e vai estabelecer-se na minas, não no que se era de esperar no local e na época (lavar ouro), mas como mestre-escola e professor de música, aproveitando o seu cabedal intelectual. Quando resolveu voltar a Itu, passados muitos anos, corroído certamente pela saudade, pereceu em um naufrágio no Rio Tietê. Aí entra o papel do Capitão Mor como recrutador de militares para as forças da Milícia. Tendo a mulher do Mestre-Escola ficado viúva e na miséria, pois nada que era do marido lhe chegou às mãos, restava-lhe como arrimo o filho Francisco Mariano. Este, agora jovem, foi apanhado pela rede do recrutamento. A viuva protestou, em lágrimas, mas nada demoveu o Capitão Mor que engajou o moço nas tropas da Capital. As más línguas dizem que Vicente da Costa estava em pendência com a família do moço. Mas o destino deste moço estava a seu favor. O Capitão General da época, Franca e Horta, abriu uma escola pratica de medicina e cirurgia à qual o jovem se engajou. Após formado e tendo praticado no sul do País, voltou a Itu onde prestou exames e foi aprovado como Cirurgião, com validade em todo o território português. Instalado em Itu, gozou de consideração de todos. Os seus filhos Joaquim e Tristão Mariano continuaram a tradição de lutas da família: o primeiro como mestre escola e o segundo como o grande músico, mestre, compositor e maestro que foi. Vê-se que a interferência do Capitão Mor resultou benéfica. Talvez ele achasse que o recrutamento, em certos casos, de pessoas capazes, empreendedoras, era necessário para alimentar as tropas de líderes, como foi o caso de seu próprio filho e o de Francisco Mariano.

22 - Arquivo Nacional, Seção Administrativa, Sesmaria de São Paulo, Rio Tietê, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha, Ano de 1819, Caixa 160, doc. Nº 23.

23 – GUERRINI, Leandro. idem, idem a Nota 20, v. 1, p. 48; NEME, Mário. “História da Fundação de Piracicaba”, Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, 1974, p. 123.

24 – GUERRINI, Leandro. idem, idem, à Nota 20, v. 1, p. 63; NEME, Mário idem, idem, à Nota 23, p. 120.

25 – GUERRINI, Leandro. idem, idem Nota 20, v. 1, p. 67 e 68.

26 – NARDY FILHO, Francisco. idem, idem, Nota 6, v. 3, p. 138.

27 – “Anais do Museu Paulista”, São Paulo: Diário Oficial, 1931, v. 4, p. 403.

- 28** – MENDONÇA, Luiz Carlos Sampaio de. *Apontamentos Genealógicos – Capitão Mor de Itu, Vicente da Costa Taques Goes e Aranha*. In: *Quatrocentos Anos de vida Bandeirante*. São Paulo: Instituto Genealógico Brasileiro, 1954, p. 134,
- 29** – “Condecoração – Valor de Mérito”, Museu de Valores, Banco Central do Brasil, DEMAP/DIGRA, “Ordem Imperial do Cruzeiro” e “Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo”.
- 30** – BARDI, Pietro Maria. *Miguel Dutra, o poliédrico artista paulista (Itu, 1810 – Piracicaba, 1875)*. São Paulo: Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand, 1981, p. 95.
- 31** – Massacroco: um neologismo (pois não consta de dicionário), criado, o que tudo leva a crer, pelo futuro Marquês de Valença, para traduzir em palavras a aparência que tinha a cabeleira postiça do Capitão Mor, que pelo uso durante inúmeros e longos anos havia se empastado, engrossando-se e unindo os cachos em emaranhados, tornando-se o conjunto em massa, cheia de grandes protuberâncias desordenadas.
- 32** – CARVALHO, Nair de Moraes de. *O Capitão-Mor do (sic) Itu*. In: *Anais do museu histórico Nacional*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, Imprensa Nacional, 1947, v. 4, 1943 (sic), p. 331:
- Neste trabalho, muito esclarecedor, aliás, a autora conta que no acervo do Museu Histórico Nacional há uma velha aquarela adquirida em 1922, representando o Capitão Mor, Vicente da Costa. Atesta que é obra do final do século XVIII, início do XIX. Insinua, mesmo que tenha sido feito por Hércules Florence, ao que Taunay refuta. Mas como faz estampar o desenho, logo a seguir, verifica-se ser este uma versão mal-feita e diferente do original de Miguel Dutra. Vê-se perfeitamente que é decalcado naquele, rearranjando-o, uma vez que o original do pintor ituano não tem os contornos tão definidos; tem o chapéu na mão esquerda, quando o outro o tem na direita, junto com a bengala, como, aliás, Miguel Dutra também o representou. O Capitão Mor, no desenho do Museu Nacional está com espada, quando no de Miguel não está. A faixa da cintura, deste último artista, é exuberante, enlaçando-se na cintura e caindo até a coxa; no outro, há um pingente pequeno e esquemático. A famosa cabeleira, do original do Rio, foi esquematizada, perdendo o caráter de “massacrocos”, de que fala o futuro Marques de Valença. No referido artigo, ainda aparece a reprodução do quadro a óleo de Benedito Calixto, existente no Museu Paulista do Ipiranga. Este, sim, é semelhante, em tudo, ao desenho do Museu Nacional, porém camarada com o Capitão Mor, retratando-o mais moço, mais elegante, sem as características negativas que “impressionaram” o Príncipe Regente. Vê-se, portanto, que existem 3 retratos distintos do Capitão Mor, sendo que aquele que se pode dizer original é o de Miguel Dutra (Nota 30, acima).

- 33** – SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem à Província de São Paulo*. São Paulo: Biblioteca Histórica Brasileira, Editora da USP, 1972, p.207.

*** O autor é 7º neto do casal Francisca Vieira e João da Costa Aranha.**